

DIRETIVAS PARA UM MANIFESTO PERSONALISTA¹

Por Bernard Charbonneau e Jacques Ellul²

(Tradução: Fernanda Elias)

I – ORIGEM DA NOSSA REVOLTA

a – Nascimento da consciência revolucionária

1º/ Um mundo foi organizado sem nós. Nós nele entramos enquanto ele começava a se desequilibrar. Ele obedecia a leis profundas que nós não conhecíamos, que não eram idênticas àquelas das Sociedades³ antigas. Ninguém se deu ao trabalho de procurá-las,

¹ Este texto foi traduzido a partir do texto que foi publicado na revista *Cahiers Jacques Ellul*, “*Les années personalistes*”, Bordeaux, A.I.J.E., 2004, n. 1, pp. 63-79. Lembramos que ele foi publicado anteriormente na *Revue Française d’Histoire des Idées Politiques*, n. 9, 1er semestre 1999, pp. 159-177. Esta versão, de 1999, contém os comentários e anotações de Patrick Troude-Chastenet. (N.T.)

Em 1986, Jacques Ellul nos encaminhou este texto sob a forma de quinze páginas datilografadas, de modo que fora difundido entre os grupos do *Esprit* da região sudeste [da França]. Ele datava de 1935, precisando que sua redação era anterior ao manifesto de [Emmanuel] Mounier publicado em 1936. Faz-se referência ao “Programa de reuniões de outubro de 1935 a outubro de 1936”, reproduzido em novembro de 1935 no *Journal intérieur des groupes d’Esprit* [Jornal interno dos grupos do *Esprit*], constata-se o anúncio das primeiras das “Conférences sur le manifeste personaliste” [“Conferências sobre o manifesto personalista”]. O *Journal du groupe personaliste de Bourdeaux* [Jornal do grupo personalista de Bourdeaux] tinha publicado em um número especial 8/9 não datado (43 páginas multicopiadas vendidas a 3,50 francos) o texto destas conferências; pode-se nele encontrar uma versão desenvolvida destinada à apresentação oral das “Diretivas para um manifesto personalista” e supor, então, a anterioridade deste último texto em relação àquele das conferências. Após a morte de Jacques Ellul, seu filho Jean reencontrou o manuscrito original das “Diretivas para um manifesto personalista”, que ele me permitiu fotocopiar. Comparando as escrituras, sobressai que este documento, concebido em simbiose pelos dois amigos, é inteiramente da mão de Ellul, exceto por algumas correções e complementos devidos a Charbonneau.

² Os amigos Bernard Charbonneau (1910-1996) e Jacques Ellul (1912-1994) foram dois expoentes do movimento personalista. Nascidos na cidade de Bordéus, na França. O primeiro filósofo e o segundo sociólogo e teólogo. Ambos possuem obras extensas e pouco difundidas no Brasil. (N.T.)

³ Com letra maiúscula no original. Todas estas distinções ortográficas serão mantidas nesta tradução. (N.T.)



porque este mundo se caracterizara pelo anonimato: ninguém era responsável e ninguém tentava controlá-lo. Cada um ocupava somente o lugar que lhe era atribuído neste mundo, que se fazia tão somente pelo jogo de tais leis profundas.

2º/ Nós encontrávamos também nosso lugar marcado e nós devíamos obedecer a um fatalismo social. Tudo o que nós podíamos fazer era bem desempenhar nosso papel e ajudar inconscientemente o jogo de novas leis da Sociedade. Leis em face das quais nós estávamos desarmados, não apenas pela nossa ignorância, mas também pela impossibilidade de modificar este produto do anonimato, o homem estava absolutamente impotente diante do Banco, da Bolsa, dos contratos, dos seguros, da Higiene, das Telecomunicações⁴ [T.S.F.], da Produção etc. Não se podia lutar pessoa contra pessoa, como nas sociedades precedentes. Nem idéia contra idéia.

3º/ Entretanto, apesar da nossa impotência, nós sentíamos a necessidade de proclamar certos valores e de encarnar certas forças. Logo, o mundo que nos oferecia um lugar estava inteiramente construído sem ter em conta estes valores, passando pelo exterior destas forças. Ele estava equilibrado sem que pudesse jogar o que nos parecia necessário (as liberdades humanas, seu esforço em direção a sua verdade particular, seu contato com uma matéria

⁴ Em francês, T.S.F. designou, originalmente, “telegrafia sem fio” (*télégraphie sans fil*), rapidamente reconhecida apenas como “transmissão sem fio” (*transmission sans fil*). Entre 1981 e 1999, a sigla foi adotada como o nome de uma rádio francesa de extrema esquerda. Depois, veio a se tornar denominação de canais televisivos, de que é exemplo “telecomunicações sem fronteiras” (*telecoms sans frontières*), e também de grupos musicais europeus. (N.T.)

familiar, seu imperativo de unir a justiça e o direito, sua necessidade de realizar uma vocação); oferecia-se, até, um lugar para estas forças, mas era um espaço inútil, onde elas podiam se consumir esterilmente, sem efeito nesta sociedade.

Assim se punha um duplo problema: um problema geral e um problema pessoal.

4º/ O problema geral consistia em questionar se o valor humano reside no valor de uma pessoa tomada por acaso em uma sociedade ou no valor da sociedade onde vive uma pessoa. Se, em suma, a sociedade (quaisquer que possam ser seus defeitos abstratos ou práticos mais gerais) recebe seu valor das pessoas que a compõem, tomadas uma a uma, ou se as pessoas recebem tudo de um bloco, do fato da adesão delas a uma Sociedade, as qualidades abstratas e gerais previstas por esta sociedade.

5º/ O problema pessoal consistia em questionar se nós podíamos encarnar efetivamente a necessidade que nós portamos em nós. Se nós podíamos realizar nossa vocação, isto é, realizar uma *tomada [prise]* real nesta sociedade em nome dos valores que nos faziam agir e que eram para nós uma obrigação interna. Esta obrigação tornava o problema efetivo, e não somente intelectual.

6º/ Porque nós tivemos consciência que tais valores deviam se realizar, sendo mais necessários que todos os demais, nós nos batemos com o princípio geral atual de que o pensamento valia por ele mesmo e que o mundo é um organismo puramente material. Em



nenhum lugar era mais questão de viver seu pensamento e de pensar sua ação, mas somente de sempre pensar e de ganhar sua vida sempre.

7º/ Nos parecia, assim, que pela cisão do ser humano em duas partes estanques uma relativamente à outra, “um lado virado para o céu, o outro para a terra”, consagrava-se a impotência humana na sociedade. O materialismo e o idealismo nos pareceram como duas perversões complementares, pelas quais o ser humano renunciava a viver.

8º/ O materialismo, por sua negação de uma doutrina, de um pensamento prévio à vida e à ação, condenava o ser humano a não mais viver exceto por curtos períodos de tempo, remetendo-se, nos restantes, a um deus que podia ser o acaso ou o estado, a não mais compreender a evolução do mundo onde ele vivia, a nunca mais ser, apenas porque ele era tomado pela necessidade de uma matéria idêntica para todos.

9º/ O idealismo, por sua negação do papel das condições materiais, pelo seu recolhimento no interior da potência da idéia, qualquer que fosse ela, remetia-se para a ação na busca de um ideal fictício, forjado de todas as peças, e se contentando com a via de uma vida interior cuidadosamente escondida, condenava o ser humano a não mais viver de fato.

10º/ Nós encontramos, de um lado, a falsa utilidade; de outro, a inutilidade que conduzia o ser humano, de um lado, a viver cada dia

sem se preocupar com outra coisa exceto o próprio dia, de um outro, a não agir no mundo por esta ação ser sem importância, sendo a natureza humana imutável.

11º/ Nós fomos levados por esta constatação a lutar contra esta divisão, e como ela é fundamental em nossa sociedade, contra a sociedade mesma. Do fato de que ela impedia a realização de toda a vocação (reencontrar a unidade humana) ela nos era inimiga; assim se reuniu o problema geral e o problema particular, nos estimulando a entrar em luta contra a sociedade atual.

b – Nossa definição da sociedade

12º/ Esta definição não é dogmática, e não pode ser sintetizada. Ela é mais um conhecimento que uma definição. Ela é o resultado de uma exegese de lugares comuns desta sociedade, isto é, de fatos sem importância e de fases inocentes por elas mesmas, mas que são a expressão de correntes ideológicas comuns a todos que fazem a Sociedade, que todo mundo admite e, por isso, que indicam um estado de espírito geral (ex. o comercial que diz: mil homens não podem estar sem razão – importância da multidão, do número, do quantitativo etc.).

13º/ A nossos olhos, esta sociedade se encontrou caracterizada pelas suas fatalidades e seu gigantismo.

14º/ As fatalidades não se apresentam como sendo de ordem superior e espiritual (não havia a predestinação). Elas eram somente a



expressão de certas combinações materiais que operavam sem que a vontade humana tivesse que intervir, de modo que, supondo um conhecimento absoluto dos fatos materiais se teria podido prever todos os eventos. Tomemos exemplos:

14.2/ É inútil insistir sobre os fatos que são fatalidades da guerra: um país suficientemente vasto para que as razões da guerra sejam longínquas e abstratas para todos; um estado de armamento bastante avançado para que o ato de matar não seja mais um ato concreto e horrível entre todos, mas devesse do fato de apertar um botão; uma organização econômica baseada unicamente sobre o crédito; a contradição entre a estreiteza dos territórios e o encorajamento à natalidade; a superprodução em todos os países sem esperar escoá-la ao exterior, são os componentes certos da fatalidade da guerra.

14.3/ A fatalidade do fascismo demandaria um estudo mais longo: o liberalismo que sempre o precede; deificação do Estado pelo intermediário do bem comum, social democracia pelo bem dos trabalhadores; ideal de classe média tranqüila e assegurada; romantismo do falso risco e do falso heroísmo; participação das massas (massas do jornal, das telecomunicações, do cinema, do trabalho etc.); gosto pela força abstrata, por tudo o que se exerce por pessoa interposta; estes aspectos do liberalismo são os elementos que, sob o impulso da técnica de produção, dão fatalmente origem ao fascismo, embora os partidos possam atentar contra ela.

14.4/ Fatalidade do desequilíbrio entre as diversas ordens de produção. O progresso da máquina em certos galhos, somente; o progresso da grande cidade; o desequilíbrio do crédito, a criação de uma mesma mentalidade em todas as classes; a necessidade da manutenção dos preços altos, a universalização de cursos arrastando [exercitando] fatalmente e sem que seja possível de remediá-lo no estado atual da sociedade um desequilíbrio mortal entre a produção agrícola e as outras.

15º/ Paralelamente a estas fatalidades, das quais nós só tomamos três exemplos dentre outros, temos as concentrações. Elas são também o produto dessas fatalidades e estas fatalidades são elas mesmas o produto de tal concentração. Elas encontram sua origem no fato de que tão logo a medida do ser humano seja ultrapassada, não há mais razão para parar um crescimento notável. Quando o homem se resigna a não mais ser a medida de seu mundo, ele se desfaz de toda a medida.

15.2/ Concentração da produção: gigantismo da fábrica necessária para as máquinas, (capital) pelos meios de produção recentes etc., mas aquele que gera a concentração de toda a produção: p. ex. a imprensa ou o cinema; concentração que conduz a uma desproporção de necessidades e da produção; não há mais limite possível imponente à produção, uma vez que ela origina a concentração que permite a produção, nenhuma outra consideração intervém.



15.3/ Concentração do estado: extensão do estado em limites excessivamente vastos que, nada mais tendo de real, justifica guerras de conquistas. Não há mais razão humana para parar em tal limite muito mais que naquele outro, enquanto a pátria não corresponde a *uma* pessoa, a *um* solo bem determinado. Ao mesmo tempo, concentração da administração que tende a circundar juridicamente uma pessoa concebida abstratamente e que não se conecta mais a nada de real; o país desta pessoa é uma administração.

15.4/ Concentração da população: criação da cidade grande pelas necessidades de produção; a cidade edificada ao redor da fábrica, da Bolsa, da ferrovia; o que tem por resultado a multidão. Ela só vive na cidade grande; além disso, ela exprime este anonimato geral de toda a nossa sociedade.

15.5/ Concentração do capital: não a concentração prevista por Marx, mas a concentração fictícia do capital pelos sistemas de crédito e de ações da Sociedade anônima. E esta concentração fictícia é mais grave porque, de um lado, ela não pode ser combatida diretamente na pessoa dos possuidores, de outro lado, ela permite um controle mais efetivo sobre a universalidade dos capitais.

Nesta Sociedade capitalista os tipos poderosos não são os capitalistas, mas os administradores.

16º/ Este movimento de concentração foi buscado em toda a história. Ele fora uma evolução em direção à ordem, mas jamais chegara a um resultado. Faltava-lhe sempre o meio para realizar este gigantismo. Assim, não é porque a corrente [histórica] sempre se deu

em direção à concentração que, neste momento, ela deve ser considerada como justa. Se em certas épocas este ideal de unidade podia ser justo e eficaz para combater graves vícios da Sociedade e do indivíduo (possibilidade de assaltos, de opressão direta do servo pelo senhor, de desequilíbrio de finanças pelo desperdício etc.), agora não é mais assim. Nós devemos lutar contra a concentração não por conta da tendência à concentração, fato permanente, mas em função dos meios que lhe permite se realizar, fato atual.

17º/ O meio de realização da concentração é a técnica não do procedimento industrial, mas do geral. Técnica intelectual: fixação de uma inteligência oficial por princípios imutáveis, sempre emanados de Renan (Faculdades, Arquivos, Museus). Técnica econômica: ereção de uma técnica financeira tornada tirânica pela fatalidade econômica; desenvolvimento da economia por ela mesma (ciência autônoma, exterior à vontade humana). Técnica política: um dos primeiros domínios alcançados pela técnica: diplomacia etc., velhas regras do parlamentarismo. Técnica jurídica: pelas codificações nefastas. Técnica mecânica: pelo desenvolvimento intenso da máquina, alheio à consideração das efetivas necessidades humanas, somente porque, no início, havia sido posto o princípio da excelência da máquina.

18º/ Partindo do fato da técnica, a potência criativa se emudeceu em receitas de aplicação. Aumentada ao extremo, tudo sabendo, todo artista podia se modificar em uma mecânica que se confinou a aplicar receitas técnicas da ciência e da arte, a combinar fórmulas indiferentes, esterilizadas.



19º/ De outra forma, a concentração se une às fatalidades tão cedo o ser humano pare de ter o comando da sociedade; isto é, logo que o homem pare de ser a medida de tudo para aceitar um mundo que ele não pode controlar; tão cedo o homem aceite a morte de suas faculdades criativas ele dá livre jogo à fatalidade. As fatalidades como leis sociológicas nascem da renúncia do ser humano.

20º/ Iguamente, a fatalidade estimula atualmente a concentração – porque é uma corrente histórica e nós não somos mais capazes de remontá-la – porque é uma via de facilidade: o anonimato para todos. É mais fácil estar morto que vivo.

c – Provas

21º/ A Técnica domina o ser humano e todas as suas reações. Contra ela, a política é impotente, o ser humano não pode governar porque ele está submetido às forças irrealis bem como às materiais em todas as sociedades políticas atuais.

22º/ No estado capitalista, o ser humano é menos oprimido pelas potências financeiras (que se deve combater, mas que não são os agentes das fatalidades econômicas) que por um ideal burguês, de segurança, conforto, de seguridade. Tudo o que é procurado pelo dinheiro é este ideal que dá sua importância aos poderes financeiros. O estado capitalista se caracteriza pela luta pelo lucro (e não pela vida). Fora isso, uma hipocrisia permanente que recobre a busca do lucro denominada moral, religião, inteligência, etc., usando os valores

espirituais para se justificar e para lhes tornar ineficazes dentro do que eles poderiam ter de perigosos (desaparição do senso de Justiça).

23º/ No estado fascista, o ser humano só recebe como ideal final a grandeza do Estado e o sacrifício ao Estado. Tudo deve concorrer para a prosperidade do Deus político que reclama todos os sacrifícios porque ele detém, também, todos os meios de vida. O ser humano recebe do exterior este ideal, que se lhe pode impor pelos meios de influência atuais: Imprensa, Telégrafo, cinema, etc...

24º/ No estado comunista, o ideal do ser humano é somente a produção econômica e seu crescimento. Toda a liberdade individual é suprimida pela produção social. Toda a felicidade humana é resumida a dois termos: de um lado, produzir mais; de outro, o conforto, e tudo deve normalmente parar por aí. Aqui a mística é criada pelas estatísticas, o sacrifício é exigido em nome de toneladas de carvão.

25º/ Nestes três estados, constata-se uma hipocrisia menor ou maior de um para outro, mas uma igual perversão que consiste em demandar o sacrifício completo da vida (tanto na morte quanto nas horas de todos os dias) do ser humano para um objetivo inumano e não sobre-humano. Eles podem ser diferentes do ponto de vista político ou mesmo como doutrina econômica – isso não tem maior importância. Eles são idênticos em face do ser humano. O ser humano é para eles um instrumento e, do ponto de vista cotidiano, o regime do



trabalhador comunista é o mesmo com o stakhanovismo⁵ que aquele do trabalhador americano com o taylorismo⁶. A posição de intelectual é idêntica sob os regimes fascistas e comunistas. Em nenhum dos três regimes o lucro pode ser suprimido, ele só faz mudar de mãos.

26º/ Assim, esses três tipos de sociedade estão igualmente falidas, pois se encontram abatidas pelos vícios indicados mais acima, no mesmo nível. A concentração termina pela complicação que ela ocasiona, por tirar do eixo a produção; o crédito, por sua abstração, torna irreais os problemas financeiros; o ser humano não tendo mais que uma pequena tarefa bem determinada a cumprir, é por toda a parte recolocado na direção [determinada] por fatalidades, ele é proletarizado.

d – consequências

27º/ Em tal sociedade, o tipo de ser humano que age conscientemente desaparece. O ser humano se resigna a não ser mais que uma máquina que não pode mudar de trabalho, seja este

⁵ O stakhanovismo foi uma doutrina defendida por Stálin para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) segundo a qual os “novos homens” dos estados socialistas deteriam uma capacidade de trabalho extraordinária, devendo não só cumprir o mínimo de produtividade imposto pelo estado, como ainda superá-lo. A ideologia surgiu após um concurso oficial, no qual o minerador Alexeï Grígorievitch Stakhanov (1905-1977) extraiu 102 toneladas de carvão na noite entre 30 e 31 de agosto de 1935, um volume quatorze vezes maior que o mínimo então estabelecido. (N.T.)

⁶ O taylorismo foi um método de trabalho desenvolvido pelo engenheiro Frederick Winslow Taylor (1856-1915) que procurou aumentar a eficiência do circuito produtivo da fábrica, valendo-se de uma rígida divisão de trabalho. Cada trabalhador(a) seria especializado(a) em uma tarefa a mais simples e individualizada possível, que deveria ser executada repetidamente, com o menor intervalo humanamente possível de tempo, de maneira a evitar qualquer ‘perda’ de tempo e de movimentos desnecessários. Além disso, o taylorismo se pautava em uma estrita hierarquia entre o trabalho intelectual de engenheiros e analistas, e o manual, do(a) trabalhador(a). (N.T.)

trabalho intelectual ou manual. Ele age segundo as diretivas abertas pelo governo ou escondidas pelo capital. Mas sempre sob as diretivas de uma abstração: um ditador é tão prisioneiro da técnica da publicidade e da política quanto um capitalista da técnica financeira. Também eles são instrumentos destas fatalidades.

28º/ Abandonando-se assim, o ser humano comete o pecado social, isto é, o pecado que consiste em se recusar a ser uma pessoa consciente de seus deveres, de sua força, de sua vocação, para aceitar as influências do exterior (aceitá-las voluntariamente ou não, pelas ordens recebidas ou pelos filmes vistos, p. ex.). Então, o ser humano se mistura à multidão. O pecado social é o pecado contra o espírito, porque o ser humano renuncia ao que o torna diferente de seus vizinhos (sua vocação) para se assimilar a eles e se tornar uma moeda intercambiável que efetua gestos idênticos, lê as mesmas palavras, pensa os mesmos pensamentos. É a recusa de viver.

29º/ Pecado social cometido, todo outro pecado se torna impossível, pois este não é mais um ser humano que peca em pensamento ou em ato, mas aquele que não é mais um ser humano: um indivíduo, um fragmento da ordem social estabelecida. Realizado o pecado mais grave, todos os demais não podem mais encontrar lugar.

30º/ Para um cristão, este pecado evidentemente não impede DEUS de agir sobre a pessoa que o cometeu, e o resgate pelo CRISTO ocorre mais plenamente ainda, mas não se trata daqueles que cometeram o pecado e que o cristão não tem poder de salvar.



Trata-se do cristão que tomou consciência deste pecado e que desde então não pode mais ter outro objetivo, outra vocação humana, senão impedir a existência de condições que permitiram que este pecado fosse possível.

31º/ Para um não-cristão, o fato de o homem estar desatado de toda a vida real por estar submetido a forças abstratas, a forças sobre as quais ele não pode nada, representa o fato de que ele se transformou completamente em proletário; ao lado do proletário produzido pelo capital e do fato de que o trabalhador jamais é incapaz de se tornar patrão por causa da enormidade dos capitais, há um proletário produzido pela abstração; o intelectual se torna incapaz de criar, por causa dos meios técnicos que lhe impõem certas formas de pensamento; há um proletário produzido pelo Estado, jamais o homem colocará sua mão sobre o estado, mas dele sempre será o funcionário.

31.2/ Todos nós nos tornamos proletários porque nenhum de nós é capaz de receber a justa retribuição pelo seu trabalho, capital, liberdade, poder e porque nos é impossível ter certas relações de pessoa a pessoa; impossibilidade do cristão de cumprir certas missões.

32º/ De um jeito e de outro, nós vemos que a necessidade revolucionária é anterior às nossas pessoas, católicas, protestantes, atéias que crêem em forças espirituais necessárias, nós devemos pôr em primeiro lugar esta revolução que só pode justificar as outras. Ela não é uma criação da nossa cabeça, ela é uma manifestação brutal que se impõe a nós. Nós somos revolucionários apesar de nós.

33º/ A Revolução não se fará contra as pessoas, mas contra as instituições. Tanto pior para a polícia que guarda os bancos.

A Revolução não se fará contra o grande patrão, mas contra a grande fábrica.

A Revolução não se fará contra o burguês, mas contra a cidade grande.

A Revolução não se fará contra o fascismo ou o comunismo, mas contra o Estado totalitário, qualquer que seja.

A Revolução não se fará contra o Sr. Guimier, mas contra a agência Havas.

A Revolução não se fará contra as 200 famílias, mas contra o lucro.

A Revolução não se fará contra os mercadores de canhões, mas contra os armamentos.

A Revolução não se fará contra o estrangeiro, mas contra a nação.

A Revolução não é uma luta de classes, ela é uma luta pelas liberdades humanas.

Se nós sempre resistimos ao primeiro termo é porque ele permite todas as hipocrisias, e também convém a uma revolução fascista, tanto quanto comunista; o segundo termo não permite comprometimentos.



II – DIREÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE PERSONALISTA

a – Como devemos agir?

34º/ As forças contra as quais devemos lutar não são suscetíveis nem para reforma dos fatos nem à influência intelectual. Elas estão fora destes meios de ação – e se pode dizer que tudo o que se faz no mundo no que diz respeito às reformas serve estas potências e as faz voltarem para a sua vantagem (a social-democracia em proveito do fascismo, o aperfeiçoamento da máquina em proveito do patrão, não do trabalhador). Nós não temos que fazer nem uma revolução política, nem uma revolução moral.

35º/ Nós não podemos mais lutar contra estas forças por elas mesmas – esta sempre foi a tática dos partidos políticos -, combater a força pela força, o dinheiro pelo dinheiro, a massa pela massa – assim, todos os partidos têm se servido do dinheiro e do povo. Bem entendido, eles ficaram possuídos por estes meios e se tornaram todos escravos do dinheiro e da opinião pública. Isso era absolutamente normal, pois que estes meios já tinham servido a toda a sociedade. Se um partido os aceita (só será assim para combatê-los) como um meio necessário, ele lhes reconhece, igualmente, o direito à existência, ele lhes dá o direito de permanência [*cité*] e não pode mais os destruir (e tudo o que não é contra o dinheiro é em seu favor). Não se luta contra uma sociedade a não ser pelo exterior.

36º/ A Revolução personalista, sendo uma revolução de civilização – não podendo lutar somente pela idéia ou somente pela força contra os poderes que sua doutrina denuncia – não podendo utilizar estes poderes sem se condenar ela mesma, deverá se apresentar sob uma outra forma.

37º/ A Revolução personalista se fará sob a forma de uma sociedade alcançada no interior da sociedade atual, tendo sua posição completa fora dos quadros do mundo atual. Esta sociedade deve ser uma sociedade personalista antes que os elementos da sociedade atual que estão em contradição e em luta uns com os outros desapareçam. Porque não podemos lutar diretamente contra eles, é preciso que nós deixemos isso⁷ e que esperemos a destruição deles por eles mesmos. O personalismo é uma sociedade revolucionária que prepara os quadros de uma sociedade futura.

38º/ Esta sociedade deverá ter a menor quantidade possível de pontos em comum com a sociedade atual: isto depende da conduta de seus membros – e da perfeição das instituições que a instituirão – esta leva a ver em grandes linhas as posições necessárias dos membros – e as instituições necessárias da sociedade.

⁷ A tradução literal aqui seria: “seria preciso que nós nos passemos disso” ou “nos deixemos passar por isso”. (N.T.)



b – Os membros desta sociedade

39º/ Eles deverão ter um duplo papel; de uma parte negativo, tendo em conta da sociedade atual; de outra parte positivo, tendo em conta da sociedade personalista, este papel positivo se decompõe ele mesmo em uma formação doutrinal e uma ação. Nesta enumeração, não sucessão no tempo, mas estas diversas posições são simultâneas – não se lhes destrói, mas constrói.

40º/ Considerando a sociedade atual, nossa posição é muito mais uma recusa que uma ação. Tudo o que nós podemos fazer é tentar compreender os eventos atuais – estabelecer as confusões que existem entre as práticas e as palavras, entre as doutrinas, entre os partidos – procurar os lugares comuns reveladores do mundo moderno, e portar um julgamento crítico acerca de todos esses elementos. Além disso, devemos recusar participar no mundo que nós aprendemos a conhecer: dele participar tocando interesses, lucrando de suas regras jurídicas, dele tomando seguranças, levando-lhe nosso trabalho, tão restrito seja ele. Eis a medida da realização da sociedade personalista.

41º/ Com efeito, nós somos obrigados a viver e, por isso, a fornecer nossos serviços à sociedade atual. Desde que ela exista, o compromisso é sempre imposto. Mas esse deve ser o último elo que nos prende a esta sociedade. Ao cabo e à medida que a sociedade personalista se edifique, todos os liames devem se romper – e esta sociedade só se construirá, em contrapartida, pelo tanto de sacrifício

que nós teremos nós mesmos feito para romper estes laços pela confiança. Mas tudo isso será frágil enquanto a vida material de cada de um nós dependa da sociedade atual – o objetivo último é uma sociedade personalista fechada onde cada um possa viver.

42º/ Do ponto de vista positivo, nós devemos, de início, ter uma forte formação doutrinal. Trata-se menos do estabelecimento de uma série de dogmas que da criação, por todos os membros, de uma nova mentalidade. Há duas características a reter, quanto a isso: de um lado, um pragmatismo; de outro, uma mentalidade.

43º/ Nossa doutrina deve ser pragmática em seus fundamentos e dogmática nela mesma – isto quer dizer que ela deve ser estabelecida sobre fatos materiais e sobre a observação destes fatos – que eles devem ser uma razão para decidirmos deste ou daquele modo. Assim, não decidiremos a favor ou contra a centralização por razões teóricas, mas pela observação dos efeitos dessa centralização – é o conjunto das conseqüências de tal ou qual princípio que nos fará rejeitar este princípio e não seu acordo ou desacordo com nossa doutrina.

44º/ Porém, nossa doutrina deve ser dogmática nela mesma para não se deixar influenciar pelos meios que nós podemos ter de empregar e por razões de oportunidade – uma vez bem estabelecida, a doutrina deve ser fixa e permanente. Cada um deve se sentir responsável pela sua manutenção, e julgado por suas ações pela doutrina mesma.



45º/ Ao lado da formação de doutrina, e em razão da doutrina, todos os membros dos agrupamentos devem agir. Ainda, é preciso saber o que é a ação. Ela não deve ser uma ação como a compreendem os partidos políticos: esta última se volta para o benefício do mundo atual. Nossa ação no que diz respeito ao mundo não pode ser a não ser uma reação como nós mostramos. Mas nossa ação deve ser, sobretudo, um estilo de vida.

46º/ É preciso chegar a isso que todo o nosso trabalho seja empregado de uma mentalidade nova, cuja característica essencial é ser antiliberal. É preciso que o idealismo liberal sob todas as suas formas (e sobretudo moral)(mesmo o fascismo que é dele expressão, no fundo) seja para nós a expressão de um erro que se reencontra em cada ato e cada fenômeno da vida corrente. O liberalismo não é uma doutrina, mas uma forma de vida, um hábito de pensamento etc. Nossa ação deve consistir em elaborar uma outra forma de vida, pelos juízos que nós temos sem pensar, pelas nossas reações em face de todos os eventos diários. Não se trata de recolocar tudo em questão intelectualmente, mas de tudo colocar em questão naturalmente pela nossa conduta mesma, o que nos impedirá de nos colocarmos falsas questões. Nossa atitude que deve advir natural, irrefletida: criação de novos hábitos. Assim, tomando o estudo da cultura do trigo, se tratará não de estudar uma política mundial do trigo, mas uma cultura do trigo em *Béarn*, exemplo: uma política personalista do trigo.

47º/ Nossa ação será tanto mais eficaz quanto mais seja expressão de nós mesmos. Nós não portamos uma insígnia: é porque

da insígnia devém o signo de um engajamento que nós não fazemos nenhum gesto: é preciso que nós encarnemos a doutrina, que nós estejamos propriamente a falar destes valores mesmos que nos elevamos.

c – As instituições

1º – A sociedade política

48º/ Toda reunião de homens deve tender a ser uma comunidade, isto é, um grupo de pessoas. De homens que reconheceram a necessidade e a razão do grupo, que o aceitaram como uma necessidade material do homem e como uma necessidade espiritual, um tipo de comunhão. Um grupo, igualmente, onde todos os homens possam se ver. Não se trata de uma comunidade sem o conhecimento [mútuo] dos homens.

49º/ Enquanto o grupo se aumenta exageradamente, não pode haver comunidade: o grupo toma, com efeito, o único aspecto da união material. A grande cidade não pode viver à base de uma união espiritual de seus habitantes. De outro modo, a grande aglomeração acaba por não mais ser uma necessidade conhecida e aceita, mas sofrida. Ela se justifica porque ela existe.

50º/ Nestas condições, o homem não pode se sentir plenamente homem a não ser dentro de um grupo estreito. Somente lá ele está em contato com pessoas e com objetos tendo suas características próprias. O homem desenraizado em todo lugar a



grande aglomeração feita. É preciso que o homem esteja, em um momento, em seu país, em sua casa – ele não é jamais cidadão do mundo. Eis uma mentira.

50.2/ Assim, nossa ação sobre o homem deve ser dupla. Ela deve ser uma vontade de fazer o homem, de ligá-lo a ele mesmo, de o enraizar no real. E, de outro lado, uma vontade de liberá-lo – o que não se pode fazer, a não ser que ele exista. Ele alcançará, desse modo, uma liberdade menos nobre e menos elevada, mas real e vivaz.

51º/ A vontade de enraizar o homem de algum lado não é uma vontade de diminuí-lo, mas, ao contrário, de fazê-lo existir. Não se toma consciência da diferença profunda dos homens exceto enquanto se é um deles. Uma pátria é o que é diferente, não nas grandes linhas, língua, etc., mas nos pequenos detalhes (costumes, fórmulas de educação...) de um outro solo.

52º/ Nós nos encontramos, então, em presença de duas influências a combater: de um lado, o gigantismo da cidade. De outro, o universalismo. Para o gigantismo da cidade, nós o vimos – o que nós devemos procurar antes de tudo, é a cidade à altura do homem, que serve ao homem e não o oprime, onde cada homem teria o direito de falar, porque é sua cidade. A cidade que evolui sob a influência dos homens e que seja o efeito do homem. Nesta cidade, somente se poderá fazer uma verdadeira política, vale dizer, aquela que responda aos anseios conhecidos, concretos, palpáveis, dos cidadãos. O voto de interesse (corporativo), uma política diretamente sob o olho desses que estão nela interessados, uma política que não será abstrata e que,

“terra à terra”, saberá contentar e descontentar os sujeitos pelas verdadeiras razões.

53º/ Um outro adversário é o universalismo, é dizer, a tendência a tornar universal um tipo dado de civilização. Quanto mais uma civilização se estende, mais ela é abstrata e estéril. Ela recobre de um verniz brilhante as particularidades de raça e solo. Ela faz, contra a natureza, todos os homens diferentes dentro de moldes idênticos. O homem acaba por se habituar a esta civilização abstrata, e vive nesta abstração, crendo no entanto bem ser sobre a terra. Ele perde, assim, o que ele relacionava à sua pátria, ao seu ofício, à sua humanidade mesma.

54º/ O meio de lutar contra estas duas tendências é a criação do federalismo, isto é, a divisão de grandes países em regiões autônomas, que correspondem, cada uma, a um caractere geográfico e econômico-cultural particular.

55º/ O governo, as finanças, o exército de cada um desses grupos devem ser absolutamente autônomos. O Estado central teria por objetivo ser o promotor de idéias novas, o centralizador de todos os saberes concernentes ao estado da nação, o serviço de estatísticas, o conselho jurídico, o serviço de readaptação econômica, se as necessidades o exigirem. Além disso, ele teria um papel de árbitro, efetivo, nos conflitos entre regiões. Este poder federal seria exercido por uma verdadeira ordem.



56º/ Ainda, a necessidade demonstrada do federalismo como organização política só possível dentro do qual o homem jogaria um verdadeiro papel, o federalismo apresenta vantagens políticas: as dificuldades políticas são sempre menores em um pequeno Estado que em um grande. A expansão é menos justificada em um país pequeno: com efeito, tão cedo a fronteira de uma nação se estenda para muito longe, nada poderia impedir o desejo de estendê-la ainda mais. Ao contrário, enquanto se tem sua fronteira sob seus olhos, percebe-se sua realidade, e se hesita mudá-la. Então, menor o risco de guerra (constatação idêntica àquela que consiste em diferenciar o heroísmo imaginário e o heroísmo real).

57º/ Outra vantagem política: o menor poder dos Estados. De início pelo fato que eles são menos vastos e menos ricos, depois pelo fato que eles são contrabalanceados pelas quantidades dos pequenos Estados vizinhos, parecidos com eles. Menor importância das guerras ainda. A salvação⁸ virá com a diminuição do poder efetivo dos Estados, e não com o seu crescimento ou com a supressão do poder aparente, ou com a criação de um super Estado.

2º – *A sociedade econômica*

58º/ Ela também é dirigida pelo princípio do federalismo porque ele é o único que permite conter a força das crises econômicas, de dirigir a técnica eficazmente e de controlar o dinheiro. Estes dois

⁸ Originalmente *salut*. (N.T.)

últimos elementos são, de fato, os objetivos essenciais a perseguir por uma nova sociedade.

59º/ A direção da técnica: é um problema essencial, enquanto se toma a técnica no seu sentido reduzido habitual – é pela técnica que a produção é desenvolvida – que a superprodução acontece – que o desequilíbrio entre as diversas produções se faz sentir. A economia inteira tomou uma amplitude tal que os problemas econômicos dependem atualmente de todos os outros. As teorias econômicas, todos os sistemas são estabelecidos enquanto uma nova técnica não modifica as máquinas, revirando os fundamentos teóricos.

60º/ Ora, se até o momento foi questão de uma economia dirigida, não se preocupou em dirigir o que é a condição da economia: a técnica. Nós entendemos que é impossível estabelecer uma economia dirigida se não há de início um controle e uma orientação da técnica – e se estes dois existem, talvez seja inútil fazer uma economia dirigida.

61º/ A técnica dirigida consistirá em operar um reequilíbrio nos setores da produção econômica por uma orientação da técnica. Esta orientação consistirá em prejudicar certos desenvolvimentos que fariam crescer exageradamente uma produção, seja em detrimento das outras, *seja porque este crescimento seria inútil do ponto de vista humano*. A técnica não é um fim em si, ela não tem interesse a não ser enquanto ela é útil ao homem. Nenhuma superprodução é útil ao homem.



61.2/ A técnica permitirá a superprodução quantitativa, mas nosso esforço deve ser não o de desenvolver esta superprodução, mas dela aproveitar, e de utilizá-la para passar a uma produção normal qualitativa.

62º/ Esta orientação poderá também impulsionar o desenvolvimento técnico em certos setores: seja nos trabalhos peníveis, seja nos trabalhos indiferenciados que precisamente são os menos instrumentalizados tecnicamente, porque nesse âmbito, em geral, a técnica “não compensa”.

63º/ A questão da produção e da redução do tempo de trabalho do trabalhador se encontraria assim automaticamente resolvida pelo simples controle da técnica de produção. Este controle sendo operado segundo as observações dos movimentos econômicos gerais e das necessidades manifestas (estatísticas, enquetes).

64º/ Por este meio poderá se desenvolver de uma maneira efetiva a distinção entre o setor da economia privado e o setor coletivo.

65º/ O setor de economia privado onde é deixada livre a iniciativa dos indivíduos será reservado ao trabalho de qualidade, para os produtos que não formam o mínimo vital. Uma espécie de artesanato poderá ser a forma de produção neste setor. Eis um meio certo de evitar o proletariado trabalhador graças à frágil importância dos capitais necessários.

66º/ O setor coletivo compreenderá as usinas de grande produção para os produtos necessários ao mínimo vital. Estes

produtos, em número muito pequeno, deverão ser produzidos pela grande massa para assegurar a todos os indivíduos da nação o mínimo vital gratuito. O trabalho indiferenciado faria igualmente parte do setor coletivo o tanto quanto possível, e seria efetuado por um serviço civil.

67º/ A repartição dos bens será efetuada segundo o regime da liberdade para os bens produzidos no setor privado, considerando as diferenças trazidas pelas reformas sobre o dinheiro. A repartição dos bens do mínimo vital será assegurada pelo governo de cada Estado federado sob o controle do Estado central.

68º/ A luta contra o dinheiro no mundo atual deve comportar três principais focos: a luta contra o interesse do dinheiro, a reforma do crédito e a supressão do lucro.

69º/ O dinheiro não pode produzir interesse. Não é necessário reproduzir Aristóteles nem Santo Tomás [de Aquino] – economicamente, foi preciso uma engenhosidade intelectual grande demais (Böhm Baweck) para provar a necessidade do interesse – engenhosidade que não explica, aliás, o interesse pelo dinheiro consumido. Além disso, a teoria importa pouco, seja ou não justificado o interesse, nós vemos que atualmente o interesse é uma das causas de fato que altera injustamente e inumanamente o mundo (especulação). O interesse deve ser condenado não nele mesmo, mas por suas consequências (ágio, *report*, ações) e remontando de termo em termo nós condenaremos o interesse. Daí a supressão das bolsas



de valores, supressão dos bancos de conta e empréstimos, supressão das sociedades anônimas (S.A.), etc.

70º/ A supressão do lucro é um elemento essencial: o lucro é, o que quer que se diga, a “mais-valia” [*surplus*⁹] do trabalho do trabalhador. É injusto que esta “mais-valia” seja ganha pelo Estado ou pelo patrão. O produto desta “mais-valia” deve ser repartido entre os trabalhadores, e como este produto não é conhecido a não ser depois de feito o trabalho, e na medida em que a repartição já esteja dada, ele deve ser distribuído na proporção [*pro-rata*¹⁰] do trabalho fornecido. Este último não é possível a não ser em uma organização cooperativa da produção. Esta organização sempre descrita virá se transportar sobre o setor privado. O outro setor estará coletivizado.

71º/ A reforma do crédito: o crédito é um instrumento muito poderoso que tem o defeito de ser atualmente um instrumento de relação, de combate, de centralização. É preciso suprimir a acumulação de crédito sobre crédito¹¹ – evitar que o crédito seja feito no interesse do seu dono, evitar que ele seja mais acessível para os grandes industriais ou comerciantes que pelos outros. É preciso manter os bancos de crédito, mas sob o controle do Estado e de grupos locais representantes das profissões, de modo que sua política seja dirigida: é com o crédito que se chegará a repovoar o interior e

⁹ Literalmente, “sobre-a-mais”, o que se convencionou de chamar de *mais-valia*. (N.T.)

¹⁰ Ou seja, na proporção. (N.T.)

¹¹ Tudo indica que os autores se referem aos juros. (N.T.)

descentralizar a produção. É com o crédito que se chegará a equilibrar financeiramente o setor privado. É preciso fazer do crédito um instrumento de descentralização.

72º/ Todo o esforço na economia se resume a simplificar a economia, a levá-la igualmente à altura do homem, a restituir ao homem o primado que ele perdeu na economia. É preciso que todo homem controle e dirija as forças que a economia abstrata lhe retira.

3º – A civilização e a sociedade (cultura, arte, modos...)

73º/ Três questões conexas se colocam, elas são bem conhecidas: Família, Propriedade, Herança. Para a família, nós podemos dizer o que nós temos dito de grupos e do que nós dizemos da arte: a família deve ser uma verdadeira comunidade – si ela não é isso, não vale a pena defendê-la. A família como ela se apresenta na época atual – egoísmo, conforto [só] a algumas pessoas – conserva os preconceitos burgueses, efervescência de cultura da luta de gerações deve ser combatida. Além disso, a renovação da família não deve se operar do exterior: aí as leis não têm poder. A família no sentido verdadeiro e pleno da palavra se encontrará na sociedade personalista, mas não será o elemento de construção dessa sociedade.

74º/ A propriedade pode receber sua solução na fórmula: não se tem a não ser aquilo que se possui, quer dizer, a propriedade só existe enquanto signo de um uso real e de um gozo efetivo. De onde a



possibilidade da propriedade do grande domínio como de mansões e casas numerosas, como títulos de rendas. O que gera a supressão das fazendas e da locação de imóveis. A limitação dos salários entre um máximo e um mínimo bastante aproximados. De todas as formas, trata-se de entregar ao homem o seu papel de medida das coisas, de levar a propriedade do homem à possessão pelo homem.

75º/ A solução da herança depende das questões precedentes: a herança se torna admissível como signo da continuidade da família – e somente assim. Desse modo, pensa-se a herança de objetos mobiliários da família, das terras cujo mínimo seria indivisível, e que não poderia exceder um máximo. Mas nem herança de dinheiro, nem de situação, nem de privilégios.

76º/ Estas três questões dependem, de resto, da questão mais geral do direito. O direito moderno, criação também das técnicas que não se ocupam dos dois elementos principais do direito: senso de justiça, de um lado; realidade da vida, de outro lado, é um simples conjunto¹² de regras técnicas; combinadas entre elas, estas regras devem automaticamente trazer a solução justa.

76.2/ O direito vivo não pode estar contido neste enquadramento. Ele depende da organização federal do país, pois, sob pena de ser um simples envelope vazio, ele deve ser produzido diretamente pelo Estado social. Nós deixaremos, então, toda a predominância ao costume, sob o controle do juiz. É o juiz que

¹² Originalmente *assemblage*. (N.T.)

edificará o direito, e um conselho de juristas, dentro de cada país constatará a formação do costume sem fixá-lo.

77º/ Certas influências de civilização devem estar sob o jugo de uma vigilância e de um controle: como a publicidade. Pela sua influência nefasta do ponto de vista moral, sua esterilidade de gastos econômicos, sua importância na criação de um falso ideal de vida, o poder econômico que ela representa, a publicidade deve ser combatida. De início, sob a forma de agências de publicidade. Depois, da publicidade jornalística que reduz a imprensa a um servilismo completo. Depois das publicidades mecânicas exageradas. A única forma de publicidade normal deve ser feita por cartazes sem comentários e o anúncio, e passar pelas mãos do governo.

78º/ A questão da imprensa se liga diretamente à da cultura, supressão da imprensa dita de “interesse humano” (*fait divers*¹³), controle por um organismo livre, mas submetido ao Estado da imprensa de informação, criação de numerosos jornais locais, criação da imprensa doutrinal para o povo, criação de jornais murais.

79º/ Uma potência de desmoralização atual é o seguro. Tentação de escapar ao risco de todas as formas e de gozar uma segurança completa, mesmo em seus descendentes. De outra parte, as companhias de seguro representam uma potência financeira que joga um papel econômico desastroso. Parece que a supressão dessas

¹³ *Fait divers* é um tipo de notícia jornalística sensacionalista. No Brasil poderíamos chamar de “cotidiano”. Porém, os *fait divers* seriam apenas as notícias do cotidiano com situações bizarras e inusitadas, muitas vezes envolvendo algum tipo de crime. (N.T.)



seguradoras, ao menos sob a reserva de certas modalidades, deve ser objetivada.

80º/ A arte e a cultura não podem ser objeto de um programa. A arte não se conserva. Não existe arte dentro de um museu. A arte não obedece a uma regra tradicional. Ela não consiste na admiração dos clássicos antigos. A arte e a cultura se fazendo no dia a dia. E cada civilização tem as artes e a cultura que ela merece. Nós teremos o signo de uma verdadeira revolução feira enquanto nós veremos uma arte nova sair de si mesma, e sem teorias.

80.2/ Mas, de toda forma, a arte não deve ser considerada como um supérfluo. Ela é talvez um luxo, tomado no sentido estrito da palavra: um gozo na vida. Mas enquanto se considerar a arte como supérfluo, pode-se dizer que a civilização está morta, porque ela é incapaz de produzir este fruto natural que é a arte: esta aparece como um fenômeno acessório colocado de lado, enquanto ela é, em realidade, a melhor expressão do homem, quem quer que ele seja.

d – Uma cidade ascética onde o homem viva...

81º/ Tudo o que dissemos até aqui mostra que o problema da revolução se coloca não apenas sobre o plano político ou econômico, mas sobre o plano da civilização ela mesma. Sobre o plano dos modos, dos hábitos, das formas de pensar, sobre a vida corrente de cada um de nós, sobre seu jornal e sua refeição. A revolução deve ser

feita pelos homens, para os homens e pelo que eles têm de melhor neles.

82º/ A revolução deve ser feita contra a miséria e contra a riqueza, para que cada homem encontre um espaço voluntário, o que lhe é necessário para viver. Seja este um mínimo de vida para todos, mas que este mínimo de vida seja equilibrado, seja ao mesmo tempo material e espiritual. O homem agoniza de um desejo exaltado de gozo material e, para alguns, de não ter esse gozo.

83º/ Que todos aqueles que crêem ter um papel a desempenhar na revolução que se aproxima (contra uma civilização que só vive da morte) preparem-se eles mesmos. Pois que eles venham e nos ajudem.

Jacques Ellul – Bernard Charbonneau¹⁴

¹⁴ O leitor curioso das diferenças mínimas entre a versão manuscrita e a versão ‘policopiada’ do texto original poderá aproveitar o n° 9 da *Revue française d’histoire des idées politiques*, 1º semestre de 1999.